

OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SOBRE O BANCO DOS COCAIS E O BANCO PUREZA.

Elky Cris da Silva Nazaré¹
José Augusto Tavares Ferreira²
Cleide Souza do Nascimento³

RESUMO: Esta pesquisa contextualiza duas unidades de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), o Banco dos Cocais e o Banco Pureza. Entidades financeiras criadas por comunidades com baixos recursos econômicos em municípios localizados no nordeste brasileiro com população inferior a 8.000 habitantes. Por meio de dados coletados em entrevistas diretas com representantes destes bancos e em pesquisa bibliográfica, este trabalho destaca a forte relação que esses empreendimentos bancários desenvolveram com suas comunidades de origem e correlaciona estas atividades econômicas e objetivos empresariais às propostas globais de desenvolvimento sustentável, elencadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), componentes da Agenda 2030, apresentada e proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) como prioridade mundial. A demonstração desta correlação de objetivos, pretende evidenciar a viabilidade em se desenvolver ações focadas na transformação social, que visem acabar com a pobreza, promover a prosperidade, o bem-estar e o desenvolvimento humano, alterar realidades socio-econômico-ambientais diversas e ainda assim serem ambientalmente corretas, socialmente justas, culturalmente aceitas e economicamente viáveis, fazendo-se factíveis nos mais variados territórios.

Palavras-chave: Bancos Comunitários. Sustentabilidade. ODS.

ABSTRACT: This research contextualizes two units of Community Development Banks (BCD), Banco dos Cocais and Banco Pureza. Financial entities created by communities with low economic resources in municipalities located in northeastern Brazil with a population of less than 8,000 inhabitants. Through data collected through direct interviews with representatives of these banks and bibliographic research, this paper highlights the strong relationship that these banking enterprises have developed with their home communities and correlates these economic activities and business objectives with the global proposals for sustainable development, listed in the Sustainable Development Goals (SDGs), components of the 2030 Agenda, presented and proposed by the United Nations (UN) as a world priority. The demonstration of this correlation of objectives,

¹Graduação em Administração Bacharelado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: elkycris@hotmail.com

²Mestre em Processos Construtivos e Saneamento Urbano (PPCS / ITEC / UFPA), Gestor Ambiental (FATEFIG), Professor Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), lotado na Faculdade de Administração (FAD) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, (*In memoriam*).

³ Graduação em Administração Bacharelado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: cleide.souzan@gmail.com

aims to highlight the feasibility of developing actions focused on social transformation, aimed at ending poverty, promoting prosperity, well-being and human development, changing diverse socio-economic and environmental realities thus being environmentally correct, socially fair, culturally accepted and economically viable, making them feasible in the most varied territories.

Key words: Community Development Banks. Sustainable. Sustainable Development Goals

INTRODUÇÃO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's), são instituições de caráter comum e associativo, que objetivam disponibilizar de forma solidária determinados serviços financeiros. Conforme preconiza a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), os BCD's estão fundamentalmente orientados à geração de emprego e renda, sendo costumeiramente organizados conforme princípios da Economia Solidária, objetivando estimular o desenvolvimento econômico, social e cultural de territórios vulneráveis. (RBBC, 2018).

Estas instituições financeiras, se originam tradicionalmente de iniciativas locais, com o objetivo de promover o crescimento e desenvolvimento de suas comunidades e tendem a provocar a criação de redes socioeconômicas que impactam em bairros, cidades e regiões inteiras. Como característica histórica, os BCD's nascem em comunidades que estão enfrentando ou vivenciam há tempos, escassez de emprego, de renda e de serviços financeiros, estes bancos vem a ser criados como alternativas reais à falta de oportunidades e de ações de investimento público, e estes espaços que os geram e abrigam, tendem a ser sensivelmente alterados mediante a criação e desenvolvimento de redes de produção e consumo notadamente estabelecidas pelas moedas sociais, atividades de educação financeira e pelo fomento ao empreendedorismo consciente e sustentável, que são pilares de implantação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Estas ações, baseadas na assistência e incentivo à economia solidária e popular, impactam nos mais variados setores, na prestação de serviços, nos pequenos empreendimentos, nos pequenos produtores e em suas redes comerciais, provocando desta forma, sensível alteração no enorme campo das pequenas economias populares e suas diversas conexões

e áreas de abrangência. No Quadro 1, destacamos algumas características, objetivos e ações que representam um BCD (DOCUMENTÁRIO PALMAS, 2014; RBBC, 2018).

Quadro 1: Principais Características de um BCD.

CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS	AÇÕES
Atuar em territórios onde habitam famílias de baixa renda, com elevado grau de vulnerabilidade e desigualdade social.	Gerar emprego, renda e bem-estar às comunidades vulneráveis.	Engajar líderes comunitários, compor novas unidades de BCD's junto Rede Brasileira de Bancos Comunitários.
Formação a partir da comunidade local.	Tornar o BCD parte efetivo da comunidade, com seus projetos, objetivos e ações.	Criar sistemas gestores (Conselho Gestor e Comitê de Aprovação de Crédito), com base na comunidade local.
Criação/Uso de Moeda Social.	Compor ativos financeiros reais, baseados no fluxo monetário local, com foco no enriquecimento comunitário.	Realizar palestras e outras ações educadoras acerca dos benefícios que a moeda local pode oferecer.
Incentivar a Rede de Produção e Consumo	Promover, através da profissionalização das atividades mercantis, o desenvolvimento endógeno.	Promoção de cursos e atividades de formação empresarial e de capacitação, que desenvolvam ou promovam o estabelecimento de redes de atuação territorial.
Concessão de Microcrédito	Fomentar o comércio e as relações comerciais no território.	Disponibilizar Microcrédito, para fomento do consumo e da produção, customizado às especificidades regionais.
Cooperativismo e Economia solidária.	Ser autossustentável, a curto prazo, subsidiado por agentes parceiros; e alcançar o amadurecimento financeiro para atuar de forma autônoma, a longo prazo.	Reuniões, oficinas e outras atividades educativas que possam colaborar para o alcance deste cenário.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019), com base no Instituto Palmas (2018).

De acordo com Scalafoni Rigo e Cançado (2015), os BCD's atuam em quatro frentes: disponibilização de linhas de crédito; organização dos mecanismos sociais; promoção da criação e circulação de moedas sociais locais; e, na coletividade dos recursos e das atividades através da gestão comunitária. Os autores afirmam ainda que, para incitar tanto o sistema produtivo quanto o consumo na localidade que está inserido, a principal ferramenta dessas instituições e sua especialidade utilizada é a Moeda Social Circulante Local ou somente Moeda Social, por meio de sua legitimidade, que tem como sua principal função econômica reter a riqueza do local no local, bem como trabalhar sua relevância sociopolítica e pedagógica (RIGO, 2014; RAPOSO, FARIA, 2015).

Com ela (a moeda social) incentivam a produção, o consumo e a prestação de serviços. A troca da moeda social no território de atuação do BCD promove efeito de rede de negócios e intensifica a densidade das relações entre os atores locais. Esta troca, ilimitada e promotora de determinado território, tende, segundo Benko e Pecqueur (2001) quando tratam da intensificação da densidade das relações entre atores locais, a levar o BCD ao desempenho de um papel determinante na competitividade de certas atividades e serviços, o que conseqüentemente gera o incentivo à produção, dada a necessidade de consumo e o fortalecimento dos acordos comerciais, ampliando os recursos econômicos, aumentando o capital social e promovendo a criação de novos territórios de atuação. Conforme asseveram Raposo e Faria (2014), as ações desenvolvidas por um BCD, como prestador de serviços financeiros, organizador e fortalecedor da produção e do consumo, incentivador do conhecimento, ampliador da capacidade empreendedora local, juntamente com sua moeda social, são vistos como inovação social, por promover progresso, diante da vulnerabilidade e riscos deparados localmente. Neste cenário, torna-se aparente o impacto gerado pelo estabelecimento desta rede, de desenvolvimento, de negócios, de relações sociais, culturais e ambientais; estabelecida a partir da criação do BCD e da implantação de sua moeda social. E de quão profunda pode ser a modificação na realidade comunitária, a ponto de criar territórios ao estabelecer estas redes de desenvolvimento. Enfatizando, conforme assevera Pecqueur (2015), que o território pode ser determinado *a priori* (uma divisão subnacional), ou pode ser construído, como resultado da ação e mobilização de seus atores, adaptando-se, com base na identificação coletiva ou seja, *a posteriori*. Observar o cenário que se transforma, também provoca a percepção de que através do estabelecimento de um BCD, os atores locais estão desenvolvendo e gerando o que Benko e Pecqueur (2001) referenciam como um recurso específico do território, quando afirmam...

“O recurso específico de um território, tomado globalmente, aparece então como o resultado de processo longo de aprendizados coletivos que termina num estabelecimento de regras tácitas. Tais regras têm a função de triar, de selecionar e de hierarquizar a informação. Oferecendo, assim, a cada ator do território um espaço de inteligibilidade...” (PECQUEUR, 2005).

Fator este que, além caracterizar-se pelo empoderamento social através da educação, vem promover o desenvolvimento econômico e ambiental do território, ao tornar clara a valoração da rede estabelecida, uma vez que é clara a utilização por parte dos BCD's, da

moeda social de forma estratégica, como fomentadora da economia do território que estabelecem.

No Brasil, a rede de bancos comunitários é composta por 114 instituições atuantes, espalhadas por 20 estados e 90 municípios (conforme Tabela 1). Em 2013, esta rede movimentou cerca de R\$ 18 milhões, alcançou aproximadamente 1,2 milhões de pessoas (COSTA, 2014). E, segundo Joaquim de Melo, diretor da RBBC e coordenador do Banco Palmas, o primeiro BCD do país, as transações financeiras dos BCD's, têm movimentado aproximadamente R\$ 2,5 milhões mensais (COSTA, 2018). Melo, afirma ainda que o objetivo não é competir com os bancos tradicionais e sim, complementar a rede bancária. Evidenciando a força econômica de um BCD e a maneira como este é direcionado a favor da comunidade carente, que necessita de investimentos para proporcionar emprego, renda e bem-estar às famílias que destes são desprovidas. (INSTITUTO PALMAS, 2018).

Tradicionalmente atuando com base nos princípios da Economia Solidária, os BCD's garantem que a população envolvida, direta e indiretamente, alcance melhores condições financeiras, oportunidade de educação, saúde, possua acesso à tecnologia, seja autossustentável, politicamente correta e viavelmente realizável e deste modo, amenizem as inúmeras ameaças recorrentes em uma sociedade desprovida de oportunidade e conhecimento (SILVA, 2017).

Tabela 1: Distribuição regional de Bancos Comunitários Brasileiros.

REGIÕES	ESTADOS	UND
Norte	Pará, Acre, Amapá, Roraima, Amazonas.	26
Nordeste	Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará.	52
Centro-Oeste	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso.	10
Sudeste	Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais.	6
TOTAL		114

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Instituto Banco Palmas e Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2018).

MATERIAL E MÉTODOS

Diante disto, o propulsor deste artigo consiste em identificar as ações desenvolvidas pelos BCD's relacionando-as aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável elaborado pela ONU, por meio das ações realizadas por dois BCD's, sendo eles: Banco dos Cocais e Pureza. Para isso, será utilizada uma abordagem qualitativa, afim de perceber, expor e elucidar os fenômenos sociais, ponderando experiências dos

sujeitos ou grupos, analisando interações que eventualmente podem se desenvolver e pesquisando documentos, como textos e imagens ou circunscrições semelhantes de experiências e conexões (FLICK, 2009).

Sustentado por um referencial exploratório que orienta as questões e proposições do estudo, a fim de testar a teoria reunindo uma gama de informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências (MARTINS, 2008), e bibliográfica para a verificação de informações básicas a respeito de aspectos direto e indiretamente ligado ao tema baseado livros, trabalhos científicos, assim como sites oficiais das instituições pesquisas (GIL, 2002).

Optou-se por entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, pois favorecem não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade (MANZINI, 2004), buscando informações de profissionais responsáveis das instituições pesquisadas.

OBJETOS DE TRABALHO

Banco dos Cocais

Dentre os diversos BCD's estabelecidos no território nacional, conforme anteriormente exposto, esta pesquisa pôde ter acesso de forma mais amigável e ampla, a dois representantes desta rede de bancos. O primeiro deles, criado em 2008, através do Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social (COCAIS), o Banco Comunitário de Desenvolvimento dos Cocais, localizado na Cidade de São João do Arraial, no estado do Piauí.

Anteriormente a implantação do Banco COCAIS, o município convivia com a obrigatoriedade de ter seus 7.937 habitantes (IBGE, 2010), dada a inexistência de serviços bancários, obrigados a deslocar-se às cidades vizinhas para ter acesso a estes serviços financeiros específicos. O deslocamento constante era um entrave socioeconômico que minava os recursos financeiros dos munícipes. Por intervenção do Centro COCAIS, a gestão pública de São João do Arraial foi um dos incentivadores e apoiadores da causa, por já estar familiarizada com o conceito de economia solidária e meios alternativos, dado o perfil da cidade ser predominantemente rural e com economia baseada na agricultura familiar e no extrativismo do coco babaçu. Após diversas intervenções focadas em desenvolver a compreensão das condições necessárias à implantação de um banco

comunitário, condições essas que abordavam o conhecimento acerca de exigências, conceitos e objetivos para concessão de crédito, os cidadãos de São João do Arraial aprovaram e aderiram às ações desenvolvidas pela instituição, melhorando e desenvolvendo o município, atuando tanto na zona rural e de maneira mais intensa na zona urbana devido a força comercial na região (BANCO DOS COCAIS, 2014).

Conforme anteriormente exposto, um dos pontos singulares de um banco comunitário é sua moeda social (COSTA, 2014), nela se evidencia o poder de negociação da entidade. Por normatização, o Banco Cocais define que para cada cocal emitido, existirá na organização financeira comunitária, o lastro equivalente em reais. E, em relação direta às ações desenvolvidas desde o início de suas atividades, este BCD, com um investimento inicial de R\$ 1.500,00, movimentou cerca de R\$ 3 milhões (2014), demonstrando as possibilidades inseridas no território e sua relação com os atores locais. O BCD dos Cocais já concedeu à comunidade, um valor de R\$ 207.050,10 em créditos, equivalente a uma demanda mensurada em 384 pedidos, com um índice de inadimplência de um pouco mais de 2,5%. Resultado este que foi convertido, segundo informado pela coordenação da entidade, em capital de giro para seu funcionamento. Mediante este recurso movimentado, o banco dos Cocais abona serviços como pagamento de energia e água, credita benefícios governamentais como bolsa família, realiza pagamentos de salário de funcionários públicos, sendo 30% em moeda social, afim de evitar a evasão dos recursos locais, e inclusive arrecadação de tributo por meio de lei municipal, criada com o intuito de apoiar a linha de crédito produtivo do BCD, denominado Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária (Lei Municipal 114/2007 - FUMAES), que separa o valor arrecadado referente ao percentual destinado para concessão de crédito, transferindo para o banco, onde irá fazer a gestão deste recurso mediante a demanda e cadastros existentes, tudo na responsabilidade do conselho gestor do BCD, composto por entidades locais, membros da sociedade civil, e prefeitura municipal. (BANCO DOS COCAIS, 2014).

Banco Pureza

A segunda entidade financeira abordada pelos pesquisadores deste trabalho foi o Banco Pureza, fundado em 2016 na comunidade Bebida Velha, no município de Pureza, Estado do Rio Grande do Norte, com aproximadamente 2.000 habitantes (IBGE, 2018). Este banco atua com serviços à comunidade e orienta conforme os princípios da Economia Solidária, com o objetivo de promover o desenvolvimento ambiental, político e

socioeconômico mediante a prestação de serviços financeiros aos envolvidos do setor produtivo, anunciando noções das atitudes solidárias e cooperativistas mediante a solidariedade, cooperação, autogestão e democracia (MORAES et al, 2015; SINGER, 2008; PORTO, OPUSZKA, 2015), gerando inclusão social e econômica (REDE COMUNIDADES SEMIÁRIDO, 2015).

Com o apoio do Banco Palmas e SENAES, o BCD Pureza se tornou uma instituição social na região, estabelecendo-se como um agente comunitário de desenvolvimento, atuando em defesa dos interesses dos associados e da coletividade, buscando sanar a necessidade de crédito e a dificuldade de acesso às redes via sistema financeiro tradicional, que aquela comunidade vivia. Este BCD foi criado com foco em solucionar esta necessidade pela decisão dos moradores de Bebida Velha e por meio da Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha (APABV), juntamente com outras instituições e associações, tais como a Secretaria de Estado da Habitação, Trabalho e Assistência Social (SETHAS), que faz parte do Projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UFRN), que promoveu as atividades para capacitar, formalizar e operacionalizar o Banco Comunitário de Pureza, agregando-o a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (APABV, 2016; INSTITUTO PALMAS, 2018).

De acordo com o Coordenador do BCD Pureza, José de Arimateia, a instituição conta ainda com a parceria do SEBRAE, através do projeto Negócio de Impacto Social, focado em alocar recursos para viabilizar o funcionamento do BCD, sendo eles financeiros ou não. O coordenador destaca ainda, que estes recursos e serviços estão direcionados a todos os moradores da Comunidade de Bebida Velha: grupos produtivos, mulheres, jovens, agricultores familiares, pescadores, comerciantes, feirantes, etc., enfim, todo e qualquer empreendedor e/ou consumidor local. O que evidencia o foco do Banco Pureza de investir nos grupos produtivos (APABV, 2016). Segundo o Sr. José de Arimateia, a taxa de inadimplência dos clientes deste BCD é de 2,5%.

Não existem dados científicos que apresentam informações exatas quanto ao impacto e resultados da implantação do BCD pela instituição, mas, de acordo com Pires (2017), o processo de implantação e funcionamentos do BCD de Pureza é adequado para engajar a comunidade a envolver-se ativamente no processo de gestão partindo dos princípios da Economia Solidária, proporcionando o desenvolvimento da gestão participativa e

habilidades de relacionamentos em rede, no qual o procedimento formativo mostram-se essenciais à autogestão e autonomia comunitária do banco, reproduzindo dinâmica de estabelecimento e transformação territorial similar àquela percebida e apresentada no Banco Cocais.

A MOEDA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objetivo principal na criação de uma ferramenta monetária inovadora, que restringe sua utilização em um determinado território, visa justamente o fortalecimento da economia deste território, uma vez que, é imposto, em comum acordo entre os envolvidos, o BCD e outros atores sociais, que o consumo deva acontecer na própria comunidade, gerando um multiplicador interno que tende a aumentar gradativamente e fortalecer a rede estabelecida. No entanto, todo esse processo precisa ser bem planejado e organizado para tal metodologia não atrapalhar a relação da economia local com o mercado “externo”, onde estaria o relacionamento econômico com territórios vizinhos, por exemplo. Seja ele a nível local ou global. (MENEZES, 2007; RAPOSO, FARIA, 2014).

Ao tornar legal a utilização da moeda social no território, ela desempenha a função relevante, não somente de reter as riquezas internas, mas socialmente também, pois destaca-se a segurança, influência e confiança mútuas que existem no relacionamento entre BCD e a comunidade, uma vez que eles permitem o cumprimento dos acordos de crédito e a circulação eficiente das moedas sociais (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Compreende-se desta forma, que a gestão coletiva dos recursos e das ações desenvolvidas pelos BCD's, como responsabilidade própria dos membros da comunidade, evidencia sua característica de tecnologia social, uma vez que os procedimentos e metodologias acima expostos são aderentes ao definido pelo Instituto de Tecnologia Social – Brasil (ITS BRASIL) como tal, ao definir tecnologia social como *“o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.”* (ITS BRASIL, 2004).

No Quadro 2, a seguir, apresenta-se em dois momentos essenciais de empoderamento social, na implementação e fundação, onde a representação dos interesses e anseios da

comunidade podem ser reconhecidos e utilizados na tomada de decisões, quando estes atores se tornam parte da gestão coletiva do BCD. (RIGO; CANÇADO, 2015).

Quadro 2: Composição da Gestão Coletiva de um BCD.

GESTÃO COLETIVA	COMPOSIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE	REALIZAÇÃO	DELIBERAÇÃO
Conselho Gestor	Líderes comunitários, representantes de organizações locais, públicas e parcerias do BCD	Assembléias gerais	Diretrizes e tomadas de decisões vinculadas às ações do BCD. Ex.: captação de recursos, novas parcerias.
Comitê de Análise de Crédito (C.A.C.)	Agentes de crédito (grupo de gestores do BCD) sendo os principais e liderança e representantes locais	Reuniões	Solicitações de crédito demandadas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em FRANÇA FILHO et al, (2012); RIGO, CANÇADO (2015).

No intuito de prover legitimidade e adensar a confiabilidade, as moedas sociais possuem códigos de segurança, código de barras, marca d'água, selo holográfico, número de série conforme a moeda nacional e principalmente, lastro em moeda oficial. Podendo ser trocadas, quando necessário, no BCD. Dessa forma, se evidenciam quatro maneiras de aplicação da moeda social: como empréstimos; como percentual do pagamento de salário, quando previamente acordado entre contratante e contratado; como facilitador de troca por parte do vendedor; e pela troca direta e espontânea da moeda nacional pela social, nos próprios BCD's, para quem se interessar por suas conveniências. (MENEZES, 2007; RAPOSO; FARIA, 2014).

Raposo e Faria (2014), ratificam que, mediante os serviços oferecidos à comunidade, como moeda social, crédito solidário tanto para consumo quanto para produção, abertura de conta, transações financeiras, os BCD's demonstram como sobrevém a valorização do cidadão e a organização comunitária, promovendo inclusão daqueles que estavam, até o momento, sem acesso a serviços bancários e condições financeiras justas. Os autores afirmam ainda que os BCD's estão profundamente envolvidos com o desenvolvimento territorial, por isso a utilização das moedas sociais como meio de articulação sobre a produção, consumo e serviços. O que colabora no fortalecimento da economia deste território, bem como provoca na comunidade a capacitação necessária em busca de alcançar os objetivos propostos durante a fundação do referido banco comunitário.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E OS BCD'S

A caracterização e formatação adotada na construção e desenvolvimento destas entidades financeiras, vem demonstrar sua relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que tratam justamente de elementos focados na erradicação da pobreza, principalmente da extrema pobreza, que se apresenta como o maior desafio para o mundo, e torna-se imprescindível para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2014).

Na Agenda 2030, pactuada em setembro de 2015 na cidade de Nova York (EUA), constam metas e objetivos intensos a serem adotadas por todos os países, mediante prioridades e atuando em parceria, globalmente, a fim de desenvolver alternativas que melhorem a vida das pessoas, no presente e no futuro. Dessa maneira, a Agenda 2030 evidencia 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formados por 169 metas, com o objetivo de erradicar a pobreza e oferecer uma vida com dignidade a todos os cidadãos, segundo o que o planeta é capaz de oferecer (ONU, 2014). A Figura 1, apresenta os ODS.

Figura 1: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: Nações Unidas (2019)

Os ODS no Cenário Brasileiro

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018, apresentou uma versão da Agenda 2030 da ONU, ajustada à realidade brasileira, seguindo o propósito de auxiliar às

ações governamentais para elaboração e reorganização de estratégias, planos, programas e políticas públicas, colaborando com a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), criada através do Decreto nº 8892/2016, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil (BRASIL, 2016), sendo também encarregada de gerar resultados que visem o desenvolvimento nacional. Com a colaboração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), iniciou-se o debate com diversos órgãos governamentais, técnicos e gestores federais, fornecendo sugestões e ideias que resultassem na melhor adequação. Das 169 metas globais, 167 delas se mostraram relevantes ao cenário do país, adaptando 124 à realidade local, atribuindo mais referência, especificidade e exatidão à realidade brasileira, destacando o Brasil, por ser um dos poucos que viabilizou recursos com a pretensão de territorializar os ODS com a dimensão e finalidade dos ODS originais (LOPES et al, 2018). A composição e dinâmica da referida comissão é apresentada pela Secretaria de Governo da Presidência conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Comissão Nacional para os ODS.



Figura 1 - Fonte: Secretaria de Governo da Presidência da República

Shetty (2005), afirma que há vários pontos que idealizam o sucesso dos Objetivos para o Milênio, relacionando com os ODS atualmente, destaca-se a importância do pacto entre os países pobres e ricos, não somente com a ONU, mas também com instituições que

controlam a economia mundial, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também o Banco Central do Brasil (BACEN) e os bancos regionais, pois, tais envolvimento no processo, evidenciam a responsabilidade dos atores sociais para com os resultados. A autora destaca ainda que a sociedade civil corrobora com os objetivos, sendo a sociedade um meio de se conseguir um mundo melhor, tendo os objetivos direcionados às pessoas e não à meras estatísticas.

Relação entre os ODS E BCD's

Mediante o planejado pelo governo brasileiro, para que o país alcance um nível constante de desenvolvimento sustentável até 2030, por meio de políticas públicas municipais, estaduais e federais e a construção dos planos plurianuais. O Brasil se destaca, por ser um dos poucos países a se adequar em busca de resultados que alcancem a territorialização dos ODS, sem perder a essência dos objetivos originais. (IPEA, 2018).

Assim, ao propormos tratar da correlação destes objetivos às ações de um BCD, a exemplo do Quadro 3, busca-se evidenciar a importância da atuação destas instituições no território brasileiro, seu impacto transformador na realidade local, nos processos de desenvolvimento territorial e na sua relação direta para alcance, pelo Brasil, dos objetivos tratados na Agenda 2030.

Quadro 3: Correlação entre os ODS e as Ações desenvolvidas pelos BCD's Cocais e Pureza.

ODS – OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		AÇÃO CORRELATA NO BCD	
OBJETIVO	DETALHAMENTO	COCAIS	PUREZA
Erradicação da pobreza	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares.	Disponibilizar microcrédito de caráter produtivo a famílias de baixa renda geralmente excluídas do sistema financeiro nacional.	
Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, promover a agricultura sustentável.	Fortalece a agricultura de base familiar (produção, organização e comercialização)	
Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de	Atua com a premissa de que o acesso à informação é um dos propulsores para a percepção e busca aos	Disponibiliza em parcerias com a gestão municipal e outros parceiros, cursos e oficinas de

	aprendizagem ao longo da vida para todos.	direitos iguais e ao acesso à saúde e educação.	aprimoramento profissional e educacional.
Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Atua fortemente para a construção de políticas públicas votadas a inclusão, igualdade de gênero e redução na violência contra a mulher, participando de conselhos, lutas pelos direitos das mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre outros. Mais de 70% de seus associados são mulheres, as quais compõem 100% da atual coordenação do BCD.	Buscam a igualdade em suas ações começando pelo próprio instituto, a exemplo da composição dos cargos da diretoria da associação.
Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.		Em planejamento para desenvolver ações de preservação e conservação do Rio Tatu e suas nascentes.
Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	Celebrou junto ao governo do Estado, o termo de cooperação para linha de crédito de financiamento a energia solar a pequenos empreendedores.	
Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	Desenvolvem inúmeros projetos com foco no desenvolvimento do potencial produtivo local e destacam o SEBRAE como parceiro constante nestas atividades.	
Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Trabalha a prática de inclusão financeira, seja por acesso ao crédito, seja através de orientações financeiras, na capacitação ao empreendedorismo. Orientando a produção/vendas, elevando a autoestima e acima de tudo dando dignidade e igualdade financeira as famílias atendidas.	
Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	O apoio ao desenvolvimento humano, através do viés empresarial, com foco no cidadão à margem do sistema financeiro convencional, além de promover as redes de negócios e fortalecer as economias territoriais, também inclui estas pessoas e comunidades e as torna, através da educação e fortalecimento financeiro, seres humanos mais seguros, resilientes e atores sociais de territórios sustentáveis.	

Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	A oportunização de crédito desenvolve as redes produtivas e a educação transformadora, com foco no empreendedorismo e na consciência financeira resulta na necessidade de produção e consumo sustentáveis em prol do território e suas conexões.	
Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	O Centro Cocais discute com agricultores familiares, mulheres quebradeiras de coco babaçu, sindicatos dos trabalhadores rurais, secretaria de agricultura entre outros parceiros locais a preservação da mata dos cocais com o intuito de manter a biodiversidade e dos povos autossuficientes que ali vivem.	
Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	As parcerias são o cerne de um BCD e esta busca por novos parceiros que abracem a causa da comunidade é justamente um dos pilares existenciais de um Banco Comunitário de Desenvolvimento.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os cenários apresentados e atentos aos indicadores e transformações socioeconômicas e ambientais destacadas. Os autores compreendem que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, observados pelo recorte aqui exposto, são materialização da evolução relacional dos atores locais e produzem transformação social, econômica e ambiental, no contexto de seus *stakeholders* e no contexto global. Que suas ações são transformadoras de cenários e construtoras de novas redes relacionais e, por conseguinte, de novos territórios.

Compreendemos, com base nas explanações acerca das atividades desempenhadas, do público atingido, dos procedimentos e objetivos almejados e desenvolvidos pelos BCDs apresentados, seja através de seus coordenadores ou através de pesquisadores outros que desenvolveram trabalhos junto a estas entidades financeiras, que estamos diante de tecnologias sociais modernas, inovadoras e de alteração de padrões de desenvolvimento territorial, humano e econômico.

Entendemos ainda, que seus resultados evidenciam serem atividades sustentáveis, resultantes de seu aspecto conceitual calçado em processos e termos sociais economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos, haja vista que as ações desenvolvidas pelos BCD's têm aderência relevante aos indicadores de sustentabilidade propostos pela ONU. Considerando a atuação do BCD Cocais em 58,82% dos indicadores e do BCD Pureza em 52,94% dos Objetivos propostos pelas Nações Unidas, é evidente o potencial transformador destes empreendimentos comunitários e sua importância socioeconômica para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridos.

Destaca-se, ao fim deste trabalho, a percepção da conotação dos BCD's como Tecnologias Sociais. Uma vez que, tratam da utilização da moeda social de forma estratégica, como fomentadora da economia local e incentivadora da produção, do consumo e da prestação de serviços. A troca da moeda social no território de atuação dos BCDs promove efeito de rede de negócios e intensifica a densidade das relações entre os atores locais.

Portanto, compreende-se que a coletividade encontra seu processo de desenvolvimento territorial, na derivação da relação entre os atores, os recursos e a organização desta relação, apresentando como resultado o fortalecimento dos grupos de produção, aumento de emprego e renda e de investimentos na cultura e educação, assim como na valorização dos cidadãos.

Ademais, torna-se claro que há quem se preocupe com as consequências da exclusão e miserabilidade, assentindo que não existe segurança e prosperidade em um lugar marcado pela exclusão e pobreza, concordando que o mundo possui recursos, conhecimento e tecnologia com o poder de erradicar a pobreza em um tempo hábil. (DERVIS, 2005; ANNAN, 2005; REZENDE, 2007).

REFERÊNCIAS

ANNAN, K. A. (2005). In larger freedom: towards development, security and human rights for all: report of the Secretary-General. United Nations Publications, 2005.

Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

APABV. Inauguração do Banco Comunitário de Pureza – BCP. (2016). Disponível em: <https://apabvrn.blogspot.com/2016/12/inauguracao-do-banco-comunitario-de_19.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. (2001). **Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos.** Geosul, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.

BANCO DOS COCAIS. (2014). Disponível em: <<http://bancodoscocais.blogspot.com/>>. Acesso em: 15 mar 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 8.892, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF. 27.out.2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm>. Acesso em 15 out 2019.

BRASIL. NAÇÕES UNIDAS, (2015). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/>>. Acesso em: 20 set 2020.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>>. Acesso em: Acesso em: 05 ago 2020.

PECQUEUR, Bernard. (2005). **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud In:** Le territoire est mort, vive les territoires! Une (re)fabrication au nom du développement [en ligne]. Marseille: IRD Éditions, 2005 (généré le 07 octobre 2019). Disponible sur Internet: <<http://books.openedition.org/irdeditions/3408>>. ISBN: 9782709918046. DOI: 10.4000/books.irdeditions.3408.

COSTA, C. **Piauí cria banco local e moeda própria.** 2014. Disponível em: <<http://bancodoscocais.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 jul 2020.

COSTA, L. **Moedas sociais giram milhões no Ceará e aderem à versão digital.** 01:00 · 12.05.2018 por Lígia Costa – Repórter. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/moedas-sociais-giram-milhoes-no-ceara-e-aderem-a-versao-digital-1.1937398>>. Acesso em: 01 jun 2020.

DERVIS, K. **A better globalization: legitimacy, governance, and reform.** Ctr for Global Development, 2005.

DOCUMENTÁRIO PALMAS. Direção: Edlisa Barbosa Peixoto. Apoio: Secretaria Estadual da Cultura do Estado do Ceará. 2014. Documentário. 1h 01min 56seg. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vxuMhwuRaFU>>. Acesso em: 17 jul 2020.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, Apr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010340142008000100020&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 19 set 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** In: *Desenho da pesquisa qualitativa.* 2009. p. 164-164.

FRANÇA FILHO, G. C., SILVA JUNIOR, J. T., RIGO, A. S. **Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas.** *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 500-515, Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 out 2019.

FRANÇA FILHO, G., SILVA JÚNIOR, J. T. (2009). **Bancos comunitários de desenvolvimento.** HESPANHA, P. et al., *Dicionário Internacional da Outra Economia*, COIMBRA, Almedina. Disponível em: < https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&lookup=0&q=Bancos+comunit%C3%A1rios+de+desenvolvimento+D+E+Fran%C3%A7a+Filho,+JT+SILVA+J%C3%A9NIOR,+2009>. Acesso em: 05 jun 2020.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** – 4ª ed. - São Paulo: Atlas; 2002. Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8.

IBGE. Censo 2010. **População de Pureza**, RN. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pureza/panorama>>. Acesso em: 02.jul.2018.
_____. Censo de 2010. **População de São João do Arraial**, PI. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-joao-do-arraial/panorama>>. Acesso em: 01 jul 2020.

INSTITUTO PALMAS. 2018. Disponível em: < <https://www.institutobancopalmas.org/manifesto-20-anos-banco-palmas/>>. Acesso em: 01 ago 2020.

IPEA. **Brasil adapta metas de desenvolvimento da ONU à realidade nacional.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3418:brasil-adapta-metas-

de-desenvolvimento-da-onu-a-realidade nacional&catid =10:disoc &directory=1.
Acesso em: 08 nov 2019.

ITS BRASIL. (2004) Caderno de Debate – **Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo:
ITS. 2004: 26.

LOPES, A. M.D., SANTOS JUNIOR, L. H. P. **Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável: Superação Da Pobreza Para A Efetivação Dos Direitos Humanos/ Sustainable Development Goals: Overcoming Poverty For The Effectiveness Of Human Rights**.2018.Disponível em:<<http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/405>>. Acesso em: 05 jun 2020.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos. 2004 Mar;2:10. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entrevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/>>. Acesso em:12 jan 2020.

MENEZES, M. S. (2007). **Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-72JJ5Q>>. Acesso em: 01 jun 2020.

MORAES, E.C. NOGUEIRA, A.M. VIEIRA, R.M.L. **Banco Grameen e Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Análise Comparativa**. RISUS – Journal on Innovation and Sustainability, São Paulo, v. 6, n.3, p. 127-139 dez. 2015 - ISSN 2179-3565.Disponível em:< <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/viewFile/20381/19164>>.Acesso em: 09 maio 2020.

PORTO, P. A. C., OPUSZKA, P. R. **Economia Solidária, Seus Princípios e sua Extensão Como Vetor Para Construção De Um Novo Cidadão**.2015.Disponível em:<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1429>>. Acesso em: 10 jul 2020.

RAPOSO, J.G. FARIA, M.S. SILVA, A.C.J. et al. (2018). **O Banco Comunitário Como Plataforma De Desenvolvimento Sócio Econômico Local - O Caso Do Banco Comunitário Jardim Botânico**. Revista Desenvolvimento Social. Edição Especial, 2014. (ISSN21796807).Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/324536850_O_BANCO_COMUNITARIO_COMO_PLATAFORMA_DE_DESENVOLVIMENTO_SOCIO_ECONOMICO_LOCAL__O_CASO_DO_BANCO_COMUNITARIO_JARDIM_BOTANICO>. Acesso em: 08 out 2019.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Manifesto de 20 anos Banco Palmas**. RBBC. 2018. Disponível em:<
<http://www.institutobancopalmas.org/manifesto-20-anos-banco-palmas/>>. Acesso em: 10 jun 2020.

REDE COMUNIDADES SEMIÁRIDO. **Bebida Velha/ RN**. 2015. Disponível em:<
<http://comunidadescoep.org.br/bebida-velha-rn/>>. Acesso em: 02 jul 2020.

REZENDE, M. J. **As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. Convergência**, Toluca , v. 14, n. 43, p. 169-209, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352007000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso: 29 mar 2020.

SCALFONI RIGO, A.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Construção de Espaços Públicos: Reflexões a Partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil**. *Administração pública e gestão social*, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/304514943_Gestao_Social_e_Construcao_de_Espacos_Publicos_Reflexoes_a_Partir_da_Rede_Brasileira_de_Bancos_Comunitarios_do_Brasil>. Acesso em: 02 set 2019.

SCALFONI RIGO, A. **Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: < http://w2.files.scire.net.br/atrio/ufba-npga-ppga_upl/THESIS/110/aridne_scalfoni.pdf>. Acesso em: 05 jun 2020.

SHETTY, S. **Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: oportunidades para os direitos humanos. Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo , v. 2, n. 2, p. 6-21, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr 2020.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.